

Estudo Técnico Preliminar 133/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23422.019931/2023-11

2. Descrição da necessidade

Objeto: Contratação de serviços continuados de VIGILÂNCIA nas Unidades da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

A contratação dos serviços, objeto da presente solicitação, tem como finalidade assegurar a integridade dos bens patrimoniais da instituição. Isso implica prevenir a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que possam causar danos ao patrimônio. Além disso, visa especialmente preservar as instalações e garantir a segurança e a integridade física dos discentes, servidores, prestadores de serviços, visitantes e demais pessoas que transitam pelas dependências das unidades administrativas e acadêmicas institucionais em tempo integral.

Visto que o contrato atual de vigilância, nº 06/2019, tem como data final o dia 24 de maio de 2024, e resta impossível a sua renovação, pois atingirá o limite máximo de 60 meses, conforme previsto no inciso II, art. 57, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, se faz necessário a abertura de processo licitatório para uma nova contratação, com o objetivo de garantir a segurança patrimonial da Universidade Federal da Integração Latina-Americana

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA	DIOGO ANDRE BASTIAN
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS	JOÁSIO DE AQUINO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para satisfação da necessidade expressa pela área requerente, a solução contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1. Classificação do Objeto

Os serviços de segurança privada, prestados por empresas credenciadas pela Polícia Federal de forma orgânica (em proveito próprio, de seu patrimônio e pessoal) ou não (para outrem, pessoa jurídica ou física), em suas diferentes modalidades, correspondem, nos termos do art. 6o, inc. XIII, da Lei no 14.133 /2021, a serviços comuns, que, a fim de assegurar o atendimento da necessidade organizacional manifestada, precisam ser ofertados de forma ininterrupta e eficiente, o que corrobora sua classificação também como serviços de natureza contínua, cuja interrupção pode comprometer a operacionalização integral das atividades finalísticas deste órgão. No entanto, por envolverem atividades não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos desta autarquia, enquadram-se nos serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, complementares à área de competência legal do órgão.

Ressalta-se que a prestação do serviço aqui estudado não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.2. Prazo de Vigência da Contratação

O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada 10 anos, após a verificação da necessidade e com vantagens à Administração, mantidas as condições editalícias, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Qualificação Técnica da Contratada

Em atenção ao disposto na Lei nº 7.102/1983, no Decreto nº 89.056/1983, e a Portaria DPF nº 3.33/2012, somente são consideradas aptas e autorizadas à execução dos serviços de segurança privada, as empresas que comprovarem:

- a. deter autorização de funcionamento vigente;
- b. ter promovido comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;
- c. que seus diretores e demais empregados não têm antecedentes criminais registrados;
- d. que o capital integralizado não é inferior a 100.000 (cem mil) UFIR 3.

Outrossim, é indispensável que a empresa especializada detenha capacidade técnico-operacional para a execução de serviço de mesma complexidade e para gestão da mão de obra exigida ao atendimento da necessidade organizacional expressa, devendo comprovar:

- I. possuir instalações físicas adequadas, aprovadas pelo Delegado Regional Executivo - DREX da respectiva unidade da federação, comprovadas mediante certificado de segurança;
- II. que contrata seguro de vida coletivo para seus empregados; e
- III. ter sob sua propriedade e responsabilidade as armas destinadas ao uso dos vigilantes.

Ademais, a fim de comprovar a qualificação técnico-profissional de sua força de trabalho, as empresas especializadas em segurança privada deverão comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, por meio de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida.

4.4. Mão de Obra Empregada

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.

A prestação do serviço de vigilância, portanto, deverá ser executada por profissionais especificamente contratados para a função de Vigilante (CBO 5173-30) e devidamente registrados no Departamento de Polícia Federal, onde comprovarão atender aos seguintes requisitos:

- A. 1. Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- B. 2. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- C. 3. Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- D. 4. Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado;
- E. 5. Ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;
- F. 6. Formação e Experiência na atividade de pelo menos 6 meses, comprovada em carteira de trabalho (CTPS);
- G. 7. Não ter antecedentes criminais registrados;
- H. 8. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- I. 9. Possuir a devida habilitação e/ou especialização para desempenho da função;
- J. 10. Ter princípio de urbanidade, postura profissional e pessoal no perfil ético e moral, apresentando-se sempre uniformizado e higienizado, ser assíduo, pontual, disciplinado no serviço e com a respectiva cédula de identificação (crachá).
- K. 11. Ter residência fixa;
- L. 12. Não ser usuário de drogas e álcool;
- M. 13. Ter comunicação verbal fluente, clara e eficiente, mesmo em situações de grande pressão emocional.

Ademais, importa que sejam selecionados por demonstrarem as habilidades e atitudes necessárias para relacionar-se com servidores e público em geral, tais como facilidade de comunicação e interação social, boa argumentação verbal e escrita, organização, agilidade e disposição para o trabalho, autodomínio, discrição e sigilo, espírito de equipe, respeito e polidez no trato com o público.

É também essencial que esses profissionais sejam constantemente e orientados por uma supervisão atuante e experiente, capacitada para dar-lhes suporte técnico e lidar, eficientemente, com situações de potencial desvio de conduta, a qual não necessariamente precisa estar presente em tempo integral no local de trabalho, mas estar disponível e rotineiramente acompanhá-lo.

5. Levantamento de Mercado

No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a prestação indireta, terceirização dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos na UNILA para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

Com o objetivo de controlar os riscos e prevenir incidentes que representem prejuízo à integridade do patrimônio (instalações prediais, veículos, equipamentos, materiais, informações, etc.) de uma organização, bem como à incolumidade das pessoas que nela se encontram, na prática, o serviço de vigilância patrimonial abrange uma gama de ações e tecnologias que podem ser aplicadas de forma individual ou integrada, dentre as quais destaca-se:

- controle de acesso (vigia/portaria), remoto ou presencial;
- vigilância eletrônica/monitorada de imagens (CFTV) e alarmes/sensores de presença;
- patrulhamento preventivo, caracterizado pela utilização de veículos motorizados para realização de rondas no entorno da propriedade protegida, de forma periódica e sistemática;
- vigilância ostensiva, armada ou não, exercida no interior do estabelecimento contratante, em postos fixos, dos quais os profissionais não devem se afastar, salvo para a realização de rondas, sob pena de perder o domínio sob a área protegida.

Em análise a essas soluções, observa-se que a contratação de empresa especializada para a prestação do **serviço de vigilância patrimonial, integrando o patrulhamento preventivo, diurno e noturno, mas nesse caso sem a dedicação exclusiva de mão-de-obra, ao monitoramento eletrônico**

(remoto) de sistema de alarme e de CFTV, fornece um menor grau de segurança comparado com o **serviço de vigilância patrimonial ostensiva, em postos fixos**, posto que ao monitoramento eletrônico responsabiliza-se somente pela checagem das imagens e da inviolabilidade das dependências do órgão, e ao patrulhamento compete a verificação externa (do entorno e perímetro dos prédios), de forma sistemática e programada, visando identificar preventivamente situações ou comportamentos suspeitos ou irregulares, com potencial de gerar riscos à área protegida, e, em caso de necessidade, acionar às autoridades de segurança pública, vez que não pode adentrar na área e tampouco agir ostensivamente;

A Instrução Normativa SEGES-MP nº 05/2017 recomenda que, para a contratação de postos de vigilância, sejam adotadas, preferencialmente, as seguintes escalas de trabalho:

- a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;
- b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- c) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- d) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; ou
- e) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

Em análise a essas escalas de trabalho, observa-se que:

- Na escala apresentada em a) a instituição ficará desprotegida no turno da noite e, nos finais de semana e feriados, também durante o dia.
- Na escala apresentada em d) e e) a instituição ficará desprotegida nos finais de semana e feriados.

Isto posto, considerando a necessidade da prestação dos serviços durante 12 meses / ano e 7 dias / semana, vê-se como vantajosa a contratação do **serviço de vigilância patrimonial ostensiva** com dedicação exclusiva de mão-de-obra em escalas de 12 (doze) horas diurnas e noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

6. Descrição da solução como um todo

Fica definida como solução para atender à necessidade manifestada, objeto de futura licitação na modalidade Pregão Eletrônico Tradicional (SISPP), a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de Vigilância Patrimonial, de forma ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana) e contínua (por 12 meses consecutivos), alocando-se no interior do órgão contratante, em Postos de Vigilância Ostensiva Armada, na escala 12x36, diurna e noturna, vigilantes devidamente uniformizados, equipados e capacitados para inibir ações que representem risco de dano ao patrimônio material e humano da UNILA, mediante pagamentos mensais, proporcionais à parcela do serviço executada (mês).

Além do serviço a ser prestado diariamente, durante a vigência do contrato poderá ser solicitado à contratada reforço de pessoal de segurança para atuar em eventos organizados pela contratante na cidade de Foz do Iguaçu/PR, que será solicitado por ordem de serviço pelo Gestor do Contrato e pago por quantidades de diárias, que corresponderá a 1 (um) posto de trabalho adicional de 12 horas diurnas.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de Vigilância Patrimonial Ostensiva Diurna e Noturna e Diárias para Eventos

DESCRIÇÃO RESUMIDA

Vigilância Ostensiva Armada DIURNA - Escala 12x36. Posto fixo, na sede da contratante, de forma ininterrupta das 06h às 18h, de segunda-feira a domingo, e contínua, por 12 meses consecutivos. Envolve 2 (dois) vigilantes por posto, revezando-se em escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, com intervalo intrajornada indenizado.

Vigilância Ostensiva Armada NOTURNA - Escala 12x36. Posto fixo, na sede da contratante, de forma ininterrupta das 18h às 06h, de segunda-feira a domingo, e contínua, por 12 meses consecutivos. Envolve 2 (dois) vigilantes por posto, revezando-se em escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, com intervalo intrajornada indenizado.

Vigilância DIURNA para Eventos - Diária (12hs)

Vigilância NOTURNA para Eventos - Diária (12hs)

Metodologia de Execução do Serviço

- a. 1. Inicialmente, a contratada deverá realizar uma inspeção técnica inicial, em todas as dependências das unidades onde os serviços serão prestados, incluindo as áreas livres, como pátios e arruamentos, para, considerando as características do ambiente (como análise das dependências físicas, rotinas da instituição, etc.), determinando a partir desses estudo, inclusive, a quantidade mínima de frequência de rondas, os melhores locais para a instalação dos pontos de checagem (ibuttons do kit bastão de ronda), seu roteiro e programação mínima, por turno de serviço. Esta atividade – que poderá ser realizada novamente sempre que houver mudanças na infraestrutura e rotina do órgão, ou mesmo incidentes que indiquem a necessidade de reavaliação, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes –, é indispensável para que a contratada estabeleça um plano de ações adequado à realidade do órgão contratante e esteja preparada para cada problema que surgir.
- b. 2. Exercer a vigilância do seu posto de serviço e das áreas sob sua responsabilidade;
- c. 3. Fiscalizar as barreiras perimetrais e operacionais existentes (muros, cercas, etc);
- d. 4. Exercer a vigilância dos bens móveis próprios ou sob responsabilidade da UNILA, existentes na sua área de atuação, impedindo quaisquer danos ou furtos a estes bens;
- e. 5. Registrar as irregularidades em seu turno de trabalho, anotando-as no Livro de Registro de Ocorrências e informando, de imediato, ao fiscal da UNILA a fim de serem tomadas as providências cabíveis;
- f. 6. Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;
- g. 7. Quando da rendição, repassar ao vigilante que está assumindo o posto todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- h. 8. Atender prontamente às ordens emitidas pelo Preposto, no tocante aos procedimentos de vigilância;
- i. 9. Não abandonar o posto de serviço em nenhuma hipótese;
- j. 10. Acionar o Preposto, ou Gestão e/ou Fiscalização do contrato, sempre que surgirem situações anormais da rotina de trabalho, anotando no Livro de Registro de Ocorrências;

- k. 11. Comunicar ao Preposto ou à Gestão e/ou Fiscalização do contrato qualquer fato que comprometa o andamento dos serviços e a segurança de pessoal, equipamentos e instalações, nas imediações do seu posto de trabalho;
- l. 12. As ocorrências, além de serem registradas em Livro de Ocorrência, deverão ser prontamente informadas ao Preposto, bem como à Gestão e/ou Fiscalização do contrato, a fim de serem tomadas as providências cabíveis, e em caso de urgência, deverão ser acionados os órgãos de segurança pública;
- m. 13. Cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança da CONTRATADA e da CONTRATANTE;
- n. 14. Não permitir e evitar aglomerações, discussões e outras irregularidades em sua área de atuação;
- o. 15. Aplicar em suas atividades profissionais o princípio da urbanidade, demonstrando perfil para cordialidade e bom atendimento, orientando e prestando informações com eficiência, quando solicitado;
- p. 16. Adotar postura adequada às funções de Vigilante, evitando conversas paralelas, distrações diversas, inclusive causadas por conversas em telefones fixos e celulares;
- q. 17. Executar a(s) ronda(s) diária(s), conforme plano elaborado pela contratada e previamente aprovado pela Administração, registrando-a(s) através do uso do kit bastão de rondas, verificando todas as áreas internas e o entorno dos prédios, bem como acessos e áreas livres, adotando os cuidados e providências necessários;
- r. 18. Zelar pela limpeza e conservação de seu posto de trabalho, bem como impedir o ingresso ou permanência quaisquer outras pessoas não autorizadas na área sob sua vigilância;
- s. 19. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos de terceiros – ainda que se trate de membros da comunidade acadêmica –, estranhos ao serviço e às necessidades específicas da organização;
- t. 20. Usar os equipamentos de proteção individual – EPI, sempre que se fizer necessário;
- u. 21. Portar sempre consigo a CNV – Carteira Nacional de Vigilante, devidamente atualizada.
- v. 22. Utilizar corretamente e com zelo os materiais e equipamentos disponibilizados para o serviço e, quando constatado que estes estão impróprios ao uso, informar ao Preposto da CONTRATADA para que a troca seja efetuada imediatamente.
- w. 23. Notificar à Administração a existência de lâmpadas queimadas, luzes acesas, equipamentos ligados ou danificados, portas e janelas abertas, vazamentos de água ou gás e princípios de incêndio, posto que prejudicando as condições de segurança locais;
- x. 24. Seguir rigorosamente as orientações e normas da CONTRATANTE, cumprindo e fazendo-as cumprir integralmente.

Do Preposto:

- y. 1. Distribuir a equipe de serviço nos postos específicos e/ou efetuar o remanejamento conforme a necessidade;
- z. 2. Suprir os postos com material de controle e conferir o funcionamento dos equipamentos e instalações;
- aa. 3. Fiscalizar e orientar as ações dos Vigilantes, bem como os procedimentos adotados nos postos e quando necessário colaborar para a agilização do serviço;
- ab. 4. Inspecionar as equipes quanto ao desempenho correto e postura no cumprimento de suas tarefas;
- ac. 5. Fazer cumprir rigorosamente as escalas de serviço, com pessoal devidamente uniformizado, assíduo, pontual e disciplinado no serviço;
- ad. 6. Conhecer todos os procedimentos pertinentes às atividades da equipe sanando as dúvidas e os questionamentos;
- ae. 7. Repassar as normas e orientações vigentes aos vigilantes sob sua supervisão;
- af. 8. Reportar ao responsável designado pela UNILA qualquer fato, atitude ou ato que possa interferir nos procedimentos dos postos de segurança;
- ag. 9. Registrar em Livro de Ocorrências, para posterior conhecimento à fiscalização da UNILA, todas as ocorrências consideradas relevantes, dando ciência ao responsável designado pela UNILA;
- ah. 10. Coordenar as atividades descritas em contrato;
- ai. 11. Ser o elo na comunicação entre Contratada e Contratante;

- aj. 12. Responsabilizar-se pela correta emissão, conforme solicitação da UNILA, de relatórios acerca da prestação do serviço, bem como por seu envio tempestivo.

Dos serviços de Segurança em Eventos (diárias):

- ak. 1. Durante a vigência do contrato poderá ser solicitado à contratada reforço de pessoal de segurança para atuar em eventos organizados pela contratante na cidade de Foz do Iguaçu/PR, que deverá ser feito por ordem de serviço pelo Gestor do contrato.
- al. 2. A Contratada disponibilizará, somente sob demanda e especificações de órgão responsável da Contratante, mão de obra adicional para segurança em eventos realizados pela mesma em suas dependências ou outros locais dentro da cidade de Foz do Iguaçu;
- am. 3. A CONTRATANTE deverá solicitar formalmente os postos adicionais com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência do evento, à Contratada; e poderá cancelar a solicitação com no mínimo 1 (um) dia útil de antecedência, caso não haja a realização de evento programado.
- an. 4. O serviço adicional será prestado de acordo com as mesmas regras e obrigações que regem a prestação de serviço contínuo descrito neste Termo de Referência e com a legislação vigente;
- ao. 5. Na prestação de contas referente ao serviço adicional de segurança em eventos, a Contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura distinta a da Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços contínuos, onde discriminará a quantidade de diárias utilizadas durante o período solicitado, de acordo com autorização emitida pelo Gestor do contrato.
- ap. 6. A contratada deverá apresentar os comprovantes e recibos de pagamento de salários /benefícios e encargos trabalhistas referentes à mão de obra adicional utilizada em cada evento;
- aq. 7. Cada diária corresponderá a 1 (um) posto de trabalho adicional de 12 horas diurnas e noturnas;
- ar. 8. As diárias poderão ser diluídas, conforme necessidade da instituição, devendo o pagamento ser o valor da diária dividido pelo número de horas prestadas, não podendo ser maior de 12 horas por diária.
- as. 9. Para eventos que sejam realizados em mais de um dia, a cobertura por diária deverá respeitar o interstício de 11 horas de descanso entre duas jornadas, conforme previsto no art. 66, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.
- at. 10. No valor a ser pago por diária estão inclusos os valores referentes aos custos com mão de obra, materiais e equipamentos, mais lucro e custos indiretos, subtraídos os impostos e encargos correspondentes;
- au. 11. Os valores e quantidades de diárias para postos adicionais a serem utilizados durante eventos promovidos pela Contratante estão discriminados na aba "Adicional I" da Planilha de Formação de Preços e Custos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição da forma de atuação e composição do serviço de Vigilância Patrimonial partiu da análise das condições de segurança da área a ser guarnecida pelos serviços, avaliando-se os riscos relacionados às condições geográficas e sociais locais, a extensão e características de suas instalações, especialmente quanto à existência e eficácia de barreiras físicas e sistemas eletrônicos de segurança, o tamanho a população circulante no estabelecimento, e a finalidade e atividades nele desenvolvidas, especialmente quanto à existência de ativos críticos, bem como a disponibilidade e proximidade de forças de segurança pública.

Logo, tendo em vista:

- a. 1. o fluxo de trabalhadores, discentes e visitantes, nas dependências da Instituição,
- b. 2. que, conforme recomenda a IN Seges/MP 05/2017, no item 8 de seu Anexo VI-A, a operação do posto de vigilância diurna é otimizada, especialmente quanto ao atendimento ao público, pelo serviço de Recepção, que no caso a UNILA possui os serviços de Vigia e Inspetores com essas atribuições – disponível durante todo o horário de funcionamento do campus - de segunda a sexta-feira, das 07h às 22h;

- c. 3. a importância de manter o órgão sob vigilância privada, ininterruptamente, 24h (vinte e quatro horas) por dia, diariamente, inclusive nos finais de semana e feriados; e
- d. 4. os valores reservados no orçamento anual 2023 e possivelmente destinados ao órgão no exercício seguinte (2024) para as ações de custeio;

Optou-se pela contratação dos serviços de vigilância patrimonial, ostensiva e armada, nas unidades e quantidades expressas na tabela abaixo:

UNIDADE	POSTOS DE VIGILÂNCIA (12x36)	
	DIURNO	NOTURNO
UNILA JARDIM UNIVERSITÁRIO	02	02
UNILA PORTAL	01	01
UNILA CAMPUS INTEGRAÇÃO	01	01
TOTAL	04	04

Os quantitativos do serviço de diárias para eventos, previstos na planilha de custos e formação de preços disponibilizada pela CONTRATANTE para a licitação são apenas estimativos e não caracterizam compromisso de execução de todo quantitativo listado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.621.550,20

Para estimar os custos com os postos de serviços com dedicação exclusiva foi elaborada a planilha de custos e formação de preços, levando em conta o salário dos profissionais dispostos na Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE sob o número PR000324 /2022 de 22/02/2022, do SINDESP/PR que teve seus valores ajustados conforme a Nota Conjunta de Esclarecimento sobre o Reajuste Salarial de 2023.

O custo médio de cada item para a composição dos valores com os uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos foi realizado com base na Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevendo variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se o inciso I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente e inciso III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

Os quantitativos do serviço de diárias para eventos, previstos na planilha de custos e formação de preços disponibilizada pela CONTRATANTE para a licitação são apenas estimativos e não caracterizam compromisso de execução de todo quantitativo listado.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	24015	Serviço de Vigilância Ostensiva	Mês	12	R\$ 135.129,18	R\$ 1.621.550,20

Valor: **R\$ 1.621.550,20 (Um milhão, seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e vinte centavos)**. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

A planilha de custos e formação de preços está assim dividida:

Composição da remuneração

O salário normativo mensal, para efeito da confecção das Planilhas de Custos e Formação de Preços do objeto do Contrato, foi fixado com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024, do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná, vigente para a categoria, observando-se os salários das jornadas de trabalho correspondentes a carga horária dos postos e demais vantagens.

Para cálculo do salário-base deve ser utilizada a carga horária de 220 horas mensais para os postos de 12x36h diurno e noturno.

O adicional de periculosidade é de 30% calculado sobre o salário base, conforme Cláusula 3ª da CCT.

O adicional noturno é computado na jornada de trabalho que transcorre entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, Cláusula 10ª da CCT. É calculado sobre o salário base somado com o adicional de periculosidade, com acréscimo de 20%. Conforme Cláusula 38ª da CCT, a hora será considerada normal de 60 (sessenta) minutos.

O intervalo intrajornada indenizado será calculado sobre a hora normal, com acréscimo de 50%. Conforme contido no § 4º, Art. 71 da Lei nº 13.467/17, o intervalo intrajornada trata-se de natureza indenizatória e por isso está isento de encargos sociais.

Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

O valor de 13º salário, toma-se por base o somatório das verbas de natureza salarial e por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1/12 (um doze avos) do valor anual do 13º, equivalente a 8,33% deste.

O valor de férias e adicional de férias toma-se por base o somatório das verbas de natureza salarial, incorrendo 12,10% (doze vírgula dez por cento), conforme previsto nos valores a serem provisionados na conta-depósito vinculada. A incidência de férias no submódulo 4.1 não será computada.

Encargos Previdenciários e FGTS

Para o cálculo dos encargos previdenciários e FGTS, toma-se por base o total das verbas de natureza salarial + benefícios anuais vigentes, conforme previsão legal.

Os encargos previdenciários e FGTS estão previstos no art. 195 da Constituição Federal. Os percentuais informados na planilha não são taxativos, mas estimativos. Portanto, ao preencher a planilha, o proponente deverá observar o enquadramento real de sua empresa, em especial no que diz respeito ao

SAT-GIIL/RAT, para o qual deverá indicar o percentual correspondente ao grau de risco da atividade preponderante, comprovando-o por demonstrativos oficiais, como CAD-PREV, FAPweb, GFIP, Sefip, etc.

Os incs. I e II do art. 22 da Lei nº 8.212/1991 estabelecem que a contribuição previdenciária da empresa é de 20% (vinte por cento) sobre o total das verbas de natureza salarial (remuneratórias), excluindo as verbas indenizatórias e compensatórias.

Benefícios Mensais e Diários

Os custos de vale transporte foram calculados com base no número de dias de utilização do transporte público, tarifas de transporte e o desconto máximo em relação ao salário-base, de 6%.

O custo do vale transporte no município de Foz do Iguaçu, conforme Decreto nº 30.390, de 30 de junho de 2022, estabelece o valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para passagem comum via cartão. O custo total é calculado considerando a quantidade de dias de trabalho no mês, o número de passagens por dia e o valor da passagem, e descontando a alíquota de 6% sobre o valor da proporcional da remuneração.

O custo do vale alimentação está indicado na cláusula 13ª CCT da categoria, no valor de R\$ 41,76 por dia efetivamente trabalhado e é assegurado à empresa descontar o equivalente a 20% do seu custo efetivo, na forma da legislação do PAT. Além disso, é previsto, no parágrafo 4º da cláusula 13ª da CCT, o pagamento do vale alimentação nas férias ao empregado. Sendo assim, o cálculo do benefício mensal é o valor total do vale alimentação (R\$ 41,76 x 15 dias / 12 meses). Importante: na concessão das férias, a Administração fará a conferência dos valores repassados ao empregado e poderá realizar a glosa para ajustes dos valores.

Auxílio saúde está previsto na Cláusula 15ª da CCT, cabendo à empresa o pagamento no valor de R\$ 111,25.

Em atenção ao art. 19, inc. IV, da Lei nº 7.102/1983, regulamentada pelos arts. 20, inc. IV, e 21 do Decreto nº 89.056/1983, as empresas do ramo estão obrigadas a contratar seguro de vida em grupo para os Vigilantes, sem qualquer ônus aos segurados. O valor indicado na planilha é meramente estimativo e deve ser atualizado pela proponente.

Provisão para Rescisão

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços, conforme metodologia Seges, usando a probabilidade de ocorrência, por tipo de desligamentos, como fator de ponderação do custo total. Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não. Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506/2011 e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais.

Os percentuais de ocorrência foram definidos a partir da análise de contratações anteriores, comparada a dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), por tipo de desligamento, para a unidade da federação e categoria de serviço.

Aviso Prévio Indenizado: estima o provisionamento mensal do custo com o pagamento do Aviso Prévio Indenizado, equivalente à remuneração mensal completa, sempre que a demissão ocorrer sem que o empregador conceda o prazo de 30 dias para o cumprimento do aviso prévio trabalhado, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT. Em atenção à Lei nº 12.506/2011 e ao Acórdão TCU nº 1.186/2017-Plenário, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo desta parcela será, ressalvados os efeitos de eventuais repactuações, de 10% do custo mensal da rubrica, proporcional ao provisionamento dos 3 dias adicionais devidos a cada ano trabalhado, consecutivo ao primeiro.

Toma-se por base o valor total mensal da remuneração somado ao valor total mensal dos encargos e benefícios, deduzido o valor de provisionamento mensal à GPS. Equivalente 1/12 (um doze avos).
Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = 1/12 do valor do Aviso Prévio Indenizado.

A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado: toma-se por base o valor provisionado mensalmente ao FGTS, equivalente a 8% dos custos mensais com remuneração e benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional de férias). Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual legal = 1/12 do valor da contribuição ao FGTS sobre o API.

O custo do aviso prévio indenizado é a soma dos valores estimados para o API e para a contribuição do FGTS sobre o API em razão do percentual de probabilidade de ocorrência de demissões SEM justa causa.

Aviso prévio trabalhado: estima o provisionamento mensal do custo com o pagamento da remuneração mensal completa do trabalhador demitido, se o empregador lhe permitir o cumprimento do aviso prévio, em jornada reduzida, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT. Em atenção à Lei nº 12.506/2011 e ao Acórdão TCU nº 1.186/2017-Plenário, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo desta parcela será, ressalvados os efeitos de eventuais repactuações, de 10% do custo mensal da rubrica, proporcional ao provisionamento dos 3 dias adicionais devidos a cada ano trabalhado, consecutivo ao primeiro.

Toma-se por base o valor total mensal da remuneração somado ao valor total mensal dos encargos e benefícios. Equivalente 1/12 (um doze avos). Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = 1/12 do valor do Aviso Prévio Trabalhado.

Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado: toma-se por base o valor provisionado mensalmente, equivalente a 8% dos custos mensais com remuneração e benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional de férias). Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual legal = 1/12 do valor da contribuição ao FGTS sobre o APT.

O custo do aviso prévio trabalhado é a soma dos valores estimados para o APT e para a contribuição do FGTS sobre o APT em razão do percentual de probabilidade de ocorrência de demissões SEM justa causa.

Demissão por justa causa: na hipótese de demissão por justa causa o empregado perde o direito ao pagamento de 13º salário, férias e adicional de férias, como previsto no parágrafo único do art. 146 da CLT, portanto, para estes casos, conforme metodologia Seges, haverá o desconto dos valores que, por tratar-se de provisão mensal, deverão ser reduzidos do provisionamento mensal para pagamento de verbas rescisórias os valores que não serão despendidos em caso de demissão sem justa causa, considerando-se, igualmente, a probabilidade de ocorrência desta.

Toma-se por base a soma do desconto dos valores de 13º salário, férias e adicional de férias. Corresponde à probabilidade de ocorrência de demissões COM justa causa, conforme dados estatísticos. Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = desconto no provisionamento mensal para pagamento de verbas rescisórias.

Provisão de Reposição do Profissional Ausente

O Custo de reposição do profissional ausente refere-se ao custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional residente quando estiver afastado no caso de uma das ausências legais previstas no art 473 da CLT, baseada na metodologia Seges.

Considerando que o valor pago ao substituto durante as férias do empregado residente já consta na remuneração (módulo 1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo das suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na Letra B do submódulo 2.1, não há custo a ser aportado para as férias, apenas para as demais ausências legais.

Probabilidade de ocorrência anual de ausência do profissional residente, por tipo de afastamento, baseada na avaliação de contratos anteriores, comparada a dados estatísticos obtidos junto ao Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho e à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS /MTE).

Pode ser editada pela proponente, desde que não sejam alteradas as fórmulas de cálculo. Duração computada em dias, conforme previsão legal. Em "Proporção de dias afetados" computa-se, para as ausências prolongadas, 50% da ausência total, haja vista o trabalho em escala 12x36h. Memória de Cálculo: probabilidade de ocorrência x duração legal do afastamento x proporção de dias afetados = necessidade de reposição do profissional ausente, em dias, para cada evento.

Na metodologia Seges computa-se o custo total, ao mês, de um empregado e, a partir disso, o custo diário de reposição desse profissional quando ausente. O custo total mensal de um empregado é composto pelo somatório de sua remuneração básica mensal, encargos, benefícios mensais e diários, e 1/12 dos benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional), bem como 1/12 da estimativa do custo anual com verbas rescisórias. Ou seja, o somatório do resultado dos módulos 1, 2 e 3. O valor estimado do custo diário do profissional que substituirá o empregado ausente, deve ser dividido pelo número regular de dias em um mês comercial/civil, ou seja, 30 dias. Memória de Cálculo: base total mensal do profissional ausente/30 = custo diário do profissional repositor.

O valor estimado anual será composto do custo diário x a necessidade de reposição. O total deve corresponder a 1/12 (um doze avos) do custo anual.

Insumos Diversos

Estima o custo mensal com o fornecimento dos materiais, equipamentos, uniformes e EPI's exigidos para a execução do serviço, com base no valor unitário de cada item (estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, multiplicado pelo quantitativo total anual exigido, observadas as respectivas unidades e frequência de fornecimento.

Os valores dos itens podem ser alterados pela licitante.

Uniformes, EPI's e materiais, foram calculados com base nas quantidades estabelecidas para cada funcionário. Já o valor dos equipamentos, que possuem vida útil acima de 12 meses, o cálculo foi o seguinte: quantidade do item por posto x valor unitário / vida útil (em meses).

Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os percentuais informados foram estimados pela administração com base nas orientações contidas no documento Planilha de Custos e Formação de Preços disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>. Os percentuais podem ser alterados pelo proponente (desde que não haja alteração nas fórmulas de cálculo programadas nas demais células da planilha), a depender do regime de tributação em que se enquadra (o que deverá ser comprovado junto aos documentos de habilitação), sendo que: a) Para os tributos federais, utilizou-se as alíquotas vigentes na hipótese de opção pelo Lucro Presumido. Em atenção ao Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário, não devem ser cotados IRPJ e CSLL. b) Não se identificou a incidência de tributos estaduais sobre o serviço contratado, caso existentes, pede-se ao proponente cotá-los e especificá-los na planilha, apresentando comprovação das alíquotas cotadas. c) A alíquota do ISSQN informada está de acordo com o disposto no art. 353, inc. III, da Lei Complementar nº 392/2022, publicado pela Prefeitura de Foz do Iguaçu/PR, município sede deste órgão e local de prestação dos serviços.

A base de cálculo é composta de: a) para estimativa dos Custos Indiretos: somatórios dos resultados dos módulos anteriores, de provisionamento mensal para custeio da remuneração (módulo 1), dos encargos e benefícios anuais, mensais e diários (módulo 2), das verbas rescisórias (módulos 3), do custo com reposição de profissional ausente (módulo 4) e do custo com fornecimento de materiais (módulo 5); b) para estimativa do Lucro: base de cálculo de custos indiretos (somatórios dos resultados dos módulos anteriores) + custos indiretos; e c) para estimativa de Tributos: base de cálculo de custos indiretos (somatórios dos resultados dos módulos anteriores) + custos indiretos + lucro estimado.

Memória de Cálculo para Custos Indiretos: base de cálculo x percentual estimado; Lucro: base de cálculo x percentual estimado; Tributos: (base de cálculo x alíquota do tributo)/(1-percentual total estimado em tributos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme Lei nº 14.133/2021, Art. 40 e Art. 47, o planejamento de compras deverá considerar, entre outras coisas, o parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

No que concerne à justificativa administrativa para o agrupamento dos serviços de Vigilância Diurna, Vigilância Noturna e Diárias para eventos em um item só, convém registrar que a decisão se fundamenta em razões de ordem técnica e fática, pois correspondem, de fato, a um único serviço, bem como em motivos de cunho gerencial, relacionados com eventuais dificuldades que poderiam surgir na apuração de responsabilidades de prestadores distintos.

Destaca-se que a adjudicação por itens separados possibilita a ampla concorrência, mas gera também uma multiplicidade de contratações com finalidade semelhante/complementar, dificultando a fiscalização da execução e o controle pelo órgão contratante

Portanto, especificamente para os serviços de vigilância, tendo-se analisado os riscos inerentes à contratação e percebido a possibilidade de prejuízo aos objetivos da administração quando adjudicados a mais de um fornecedor - podendo, inclusive, levar à subcontratação (que deve ser restringida neste certame), comprometendo a qualidade e confiabilidade do serviço -, a fim de garantir a padronização desses, o aumento do poder de barganha da Administração e a celeridade na comunicação com o fornecedor, decidiu-se pelo agrupamento dos serviços que compõem a necessidade da Instituição em um item único.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação para o serviço de Inspetor, encontra-se registrada no Plano de Contratações Anual (PGC /PCA UNILA 2024), através do Documento de Formalização da Demanda 80/2023 (Anexo I).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação visa atender às necessidades de segurança do órgão, garantindo a salvaguarda do patrimônio da administração, através da proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público; além de garantir a incolumidade física dos frequentadores dos campus, proporcionando um ambiente mais seguro, evitando todo e

qualquer possível delito contra os usuários. Outrossim, espera-se que a presença ostensiva e ininterrupta de vigilantes contribua também para uma maior sensação de segurança nas dependências da instituição, ajudando no desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas, afinal, a produtividade está diretamente ligada a um ambiente de estudo e de trabalho sadio e, por conseguinte, ao bem-estar dos alunos e trabalhadores.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços contratados tendem a gerar impactos ambientais positivos, visto que a rotina de rondas auxilia num maior controle da iluminação, reduzindo assim o consumo de energia elétrica; bem como a detectar eventuais problemas que possam ser encontrados na infraestrutura das edificações, dentre eles possíveis vazamentos de água.

Além disso, a contratação tende a ter um baixo impacto ambiental negativo, visto que as rondas serão feitas a pé, sem a necessidade de veículos automotores, reduzindo impactos ambientais relacionados à poluição do ar e sonora. Ademais, exigir-se-á que a contratada preveja a destinação ambiental adequada, nos termos da Resolução CONAMA no 257/1999, das pilhas e baterias inservíveis, usadas nos equipamentos aplicados na execução do serviço contratado.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida, obedecidas as formalidades legais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOASIO DE AQUINO

Equipe de Planejamento

CAROLINA CORAZON NUNES

Equipe de Planejamento

KARLA GHELLERE RODRIGUEZ

Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD80_2023 (1).pdf (44.76 KB)

Anexo I - DFD80_2023 (1).pdf

Número do Documento de Formalização da Demanda: 80/2023

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Pró-reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura	01/04/2024 00:00	158658	CAROLINA CORAZON NUNES
Descrição sucinta do objeto			
Serviços continuados de vigilância, para atender as necessidades da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA no que tange segurança patrimonial			
Justificativa da prioridade			
Serviço indispensável			

2. Justificativa de necessidade

Visto que o contrato atual de vigilância, no 06/2019, tem como data final o dia 24 de maio de 2024, e resta impossível a sua renovação, pois atingirá o limite máximo de 60 meses, conforme previsto no inciso II, art. 57, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, se faz necessário a abertura de processo licitatório para uma nova contratação, com o objetivo de garantir a segurança patrimonial da Universidade Federal da Integração Latino Americana.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ORGÂNICA -12 HORAS DIURNAS - 2ª A DOMINGO	3,00	175.000,00	525.000,00
2	SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ORGÂNICA -12H NOTURNAS - 2ª A DOMINGO	4,00	185.000,00	740.000,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOASIO DE AQUINO
Equipe de Planejamento da Contratação

CAROLINA CORAZON NUNES
Equipe de Planejamento da Contratação

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



Emitido em 04/12/2023

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 8/2023 - DES (10.01.05.20.01.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/12/2023 16:06)

CAROLINA CORAZON NUNES

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DES (10.01.05.20.01.02)

Matrícula: ###447#0

(Assinado digitalmente em 04/12/2023 17:45)

JOASIO DE AQUINO

CHEFE DE DEPARTAMENTO

DES (10.01.05.20.01.02)

Matrícula: ###453#0

(Assinado digitalmente em 04/12/2023 16:11)

KARLA GHELLERE RODRIGUEZ

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DECON (10.01.05.20.02.02)

Matrícula: ###285#3

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2023**, tipo:
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, data de emissão: **04/12/2023** e o código de verificação: **ebdbe1615b**